



**PARECER TÉCNICO 003/2017 DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE CEGOS DO  
BRASIL, ACERCA DE CURSOS DE ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE MINISTRADOS  
TOTALMENTE À DISTÂNCIA**

**1. Apresentação:**

A Organização Nacional De Cegos do Brasil (ONCB), instituição da sociedade civil, representante de forma direta de 85 organizações de e para cegos legalmente constituídas, com representação nas cinco regiões geográficas, tem como uma de suas principais atribuições, a defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual – cegas e com baixa visão. Para tanto, atua em âmbito nacional e internacional, participando de discussões de temas relevantes para o segmento, quer seja nas áreas da saúde, educação, reabilitação, trabalho e emprego, assistência social, acessibilidade, dentre outras, com o objetivo de contribuir para a construção de políticas públicas que venham favorecer as pessoas com deficiência visual.

Para viabilizar a persecução dos seus objetivos, a ONCB tem assento no Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Com Deficiência (CONADE); Conselho Nacional de Saúde (CNS); Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Conselho Diretivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), Comissão Brasileira do Braille (CBB), além de integrar, em nível internacional, a União Latinoamericana de Cegos (ULAC) e a União Mundial de cegos (UMC).

**2. Da análise da matéria:**

A história das pessoas com deficiência vem marcada por exclusão e incapacidade por possuírem algum tipo de limitação; sejam elas físicas, auditivas, intelectuais e visuais.

Fernandes *et al.* (2011) expõe que na idade antiga:

Os que sobreviviam eram explorados nas cidades ou tornavam-se atrações de circos. O nascimento de indivíduos com

deficiência era encarado como castigo de Deus; eles eram vistos como feiticeiros ou como bruxos. Eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem se purificar. Nesse período, a Igreja se constitui como um grande aliado dos deficientes, pois os acolhiam.

Com relação ao sistema sensorial visual, a visão pode ser considerada como o sentido mais importante para a interpretação do mundo à nossa volta. Este sistema sensorial tem a função de captar todas as informações visuais providas do meio ambiente e destes transmitir ao sistema nervoso central. O olho é o órgão sensorial responsável pela captação e transmissão dos estímulos visuais externos. Assim, pessoas cegas ou com baixa visão, precisam desenvolver outras habilidades, como a motora, auditiva e tátil, para elaborar conceitos sobre o mundo que as cerca (VEITZMAN, 2003).

A perda da capacidade de visão pode atribuir consequências desfavoráveis em âmbito individual e coletivo, com o limite nos casos em que não houver estímulos no decorrer do desenvolvimento da pessoa, implicações em sua interação com o ambiente ou nos diferentes contextos de formação em que se inserem, tais como: família, trabalho, dentre outros.

Segundo as estimativas atuais do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, indicam a ocorrência no mundo de aproximadamente 50 milhões de pessoas cegas, 180 milhões com alguma deficiência visual e 135 milhões com a deficiência visual instalada e com risco de cegueira. Entretanto, previsões para 2020 chegam a aumentar para 76 milhões de pessoas cegas em toda a esfera global (ÁVILA; ALVES; NISHI, 2015).

De acordo com o CBO as estimativas para o Brasil correspondem a 1,4 milhões de pessoas com cegueira, sendo cálculo realizado com relação à prevalência de cegueira segundo a sua condição socioeconômica da população brasileira. Na Tabela abaixo observa-se maior prevalência de pessoas com condição socioeconômica baixa (ÁVILA; ALVES; NISHI, 2015).

**Tabela 1 - Prevalência de Cegueira por Faixa Populacional**

<b>População</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Cegos</b>	<b>Prevalência</b>
Indigente	20.598.495	247.182	1,2%
Pobre	55.376.831	526.080	0,95%
Classe Média	107.854.234	647.125	0,65%
Rica	354.704	1.064	0,3%
<b>Total Estimado para o Brasil = 1.421.451</b>			

**Fonte:** Adaptado de (ÁVILA; ALVES; NISHI, 2015).

No que concerne aos cursos oferecidos no nosso país na modalidade de Educação a Distância (EaD), sabe-se que tais apresentam consideráveis transformações relacionadas à tecnologia no mundo contemporâneo, abordando as contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Ressalta-se que o profissional, além de exercer uma função típica de trabalho de um docente tradicional, assume novos papéis que são exigidos para EaD.

Sabe-se que a EaD apresenta importantes ferramentas que possibilitam a formação a quem não poderia obter no formato de ensino tradicional.

A EaD apresenta aspectos significativos para formação superior no nosso país, tornando-se assim, como uma relevância social, considerável, no acesso ao Ensino Superior, que configure-se como uma realidade cada vez mais presente na vida dos cidadãos brasileiros.

O Ministério da Educação (MEC), especificamente relacionado ao Estado de São Paulo, conta com mais de 283 municípios com o Ensino na modalidade EaD, perfazendo um total de 731 cursos de formação (MEC, 2015).

A Educação a Distância é um importante meio para o desenvolvimento humano, entendendo-se que o desenvolvimento ocorre pelas capacidades de oportunidades, e tal modalidade com o auxílio de recursos tecnológicos, permite o acesso a construção do conhecimento.

Orientação é a habilidade de reconhecimento da postura em relação ao ambiente; Mobilidade é a habilidade de se mover com segurança e eficiência; Orientação e Mobilidade (OM) para a pessoa com deficiência visual é o aprendizado no uso dos sentidos remanescentes para obter informações do ambiente e a partir destas se

locomover. Ou seja, saber onde está, para onde quer ir e como fazer para chegar aos lugares desejados, controlando os seus movimentos de forma organizada e eficaz.

Por muitas vezes pode ser confundido com a aprendizagem apenas do uso da bengala. Quanto a este processo, envolve diferentes estratégias e recursos, pois configura-se como uma atividade motora e sensorial e pode ser definido de forma ampla e flexível, composta por um conjunto de capacidades, dentre elas: motoras, cognitivas, afetivas e sociais e por um elenco de técnicas apropriadas e específicas, que permitem ao seu usuário conhecer, relacionar-se e deslocar-se de forma independente e natural nas mais diversas estruturas, espaços e situações do ambiente.

Para a pessoa com deficiência visual conforme exposto, o contato com o mundo externo por meio da visão apresenta-se de forma limitada ou ausente requerendo-se assim que a pessoa aprimore ou desenvolva condições necessárias para a interação com os diferentes ambientes (internos/externos). Neste aspecto, os sentidos remanescentes serão primordiais para o sucesso de uma locomoção com autonomia e independência, associada ao treino das técnicas de OM.

Neste caso específico dos cursos de OM realizados totalmente à distância, questiona-se sua Eficácia e por consequência a vulnerabilidade e o risco que podem influenciar nos aspectos essenciais da locomoção autônoma e segura das pessoas com deficiência visual. Entendemos a extrema importância da vivência prática e cinestésica em diferentes espaços, tais como: ônibus, shopping, escada rolantes, elevadores, dentre outros.

A importância de orientações ao atendido e seus familiares com o profissional especializado será essencial para o direcionamento e treinos na utilização dos sentidos táteis, olfativos, auditivos, bem como o conhecimento e o reconhecimento de diferentes espaços, integrando o sistema sensorial.

Apenas com avaliação específica realizada por profissionais qualificados e capacitados pode se verificar: o equilíbrio, imagem corporal, postura, resíduo visual, habilidades táteis e auditivas, personalidade e inteligência os quais são fatores que influenciam o rendimento da pessoa com deficiência visual submetida ao programa de OM.

São nos espaços de reabilitação que se discute que apesar da OM ser uma forma dependente de se locomover, deve possibilitar o controle, a interpretação e a

efetiva participação da pessoa cega ou com baixa visão nas decisões do que ocorre durante o seu deslocamento.

A prescrição do uso da bengala longa dependerá dos resultados da avaliação quanto ao campo visual, da visão de profundidade para detecção de desníveis e obstáculos no piso e, das dificuldades nas variações da luminosidade e iluminação ambiental.

Deve-se considerar que a proposta de um programa de OM voltado à pessoa com baixa visão, tem por objetivo final tornar a pessoa um pedestre muito mais atento às regras de segurança do que os demais, garantindo maior proteção à sua integridade física.

Sendo para tanto, abordados o Desenvolvimento da psicomotricidade (agachar, pular, girar uma volta, meia volta,  $\frac{1}{4}$  de volta); **Uso dos segmentos corporais** (cabeça, tronco, membros) como uma forma de se proteger, estabelecer relações posicionais e direcionais, fazer contato com objetos e pessoa; **Familiarização** (métodos perímetro e cruzamento) é o momento de ter contato direto com grande variedade de objetos, elementos e ambientes. O momento também é riquíssimo para conhecer de forma prática situações apenas verbalizadas. Bem trabalhada, a familiarização ajuda a desenvolver as condições intelectuais, motoras, sociais e emocionais, levando a pessoa com deficiência visual a buscar uma atitude positiva voltada para independência.

Podendo ser realizadas em conjunto com outras habilidades e sistemas da OM (guia vidente, bengala longa, cão-guia, ajudas eletrônicas) (FELIPPE, 2009).

É válido ressaltar a importância de considerar a realidade, rotina e características individuais de cada pessoa com deficiência, bem como de compreender as patologias específicas para o processo de reabilitação, entendendo-se a necessidade de estudo de caso a respeito de cada indivíduo, entre elas: patologia instalada, diagnóstico, prognóstico, especificidades da patologia, e doenças associadas a deficiência visual. Lembra-se que o objetivo das técnicas de OM é o de proporcionar a pessoa com deficiência visual condições para que possa desenvolver sua capacidade de se orientar e se movimentar com independência, segurança, eficiência e adequação, de acordo com seu potencial bio-psico-social; cabendo ao usuário transpor os conhecimentos e técnicas adquiridos durante as sessões para as diversas situações do dia-a-dia.

Conforme definição da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada pelo Brasil em 2007 e ratificada pelo Congresso Nacional com

validade constitucional em 2008, entende-se deficiência como aquelas pessoas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e que, em interação com barreiras, podem sofrer restrição de participação. Portanto, para ser considerada pessoa com deficiência, não basta apresentar impedimentos corporais, mas sofrer a restrição de participação gerada pelas barreiras.

### **3. Conclusão:**

Com o acima exposto, para a Organização Nacional de Cegos do Brasil, um curso de orientação e mobilidade ministrado totalmente à distância (modalidade EAD), pela sua especificidade e complexidade, apresenta-se incompleto e inseguro, seja para a pessoa com deficiência visual que o faça, seja para o profissional que busque atuar na área.

É o parecer.

Brasília - DF, 23 de março de 2017



**ANTONIO MUNIZ DA SILVA  
PRESIDENTE DA ONCB**

### **REFERÊNCIAS:**

ÁVILA, M.; ALVES, M. R; NISHI, M. As Condições de Saúde Ocular no Brasil. *Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO)*: São Paulo. 1ª Edição, p. 1 -144, 2015.

FERNANDES, L. B. *et al.* Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas. *Revistado Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, Curitiba. v.2, p.132-144, 2011.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE) *Censo demográfico 2000*. População residente por tipo de deficiência. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

VEITZMAN, S. A criança com Deficiência Visual *In*: SOUZA, A.M.C. *A Criança Especial: temas médicos, educativos e sociais*. São Paulo: Roca, 2003, p.115-122.